

## Editorial

São sempre bem-vindas as informações sobre as iniciativas, ainda tímidas, de implementação de diretrizes quanto à qualificação das publicações científicas em Psicologia. Por exemplo, relembramos o impacto do editorial desta revista no V 16 (2) ao ser ressaltada a importância do trabalho de editores, conselheiros e pareceristas, com atuação em revistas científicas, na garantia de uma produção de qualidade, em contraste com o pouco reconhecimento deste trabalho. Naquela ocasião, diversos *e-mails* de colaboradores nos foram enviados, apoiando esta iniciativa, qual seja, a de tornar público a necessidade de um espaço de discussão desta e outras questões correlatas. Nesse sentido, é digno de nota as discussões que brotaram no Fórum de Publicações Científicas e Produtividade em Psicologia ocorrido no X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP. Entre os diferentes temas que emergiram neste evento, destacam-se alguns que merecem maior atenção da comunidade científica, os quais serão aqui sumarizados.

A primeira diz respeito aos critérios de avaliação de periódicos científicos - um tema necessário e inesgotável. Um dos ícones da discussão foi a questão dos critérios adotados na classificação de periódicos e a necessidade de atenção à publicação em países latino-americanos, buscando-se reforçar parcerias entre as nações com realidades semelhantes à brasileira. Somaram-se a esta, a preocupação quanto aos critérios utilizados na avaliação de periódicos *on-line* e ao futuro das publicações impressas. Foi ressaltada a necessidade de garantia de permanência dos arquivos nos sítios originalmente informados pelas publicações, entre outros aspectos.

Outro tópico discutido foi a polêmica em torno da exigência das revistas, cada vez maior, quanto à comprovação de avaliação dos Comitês de Ética nas publicações envolvendo seres humanos. A preocupação do CONEP com os aspectos éticos é compreensível e bem-vinda. Contudo, a população estudada sob o prisma da Psicologia possui particularidades, tanto em termos de abordagem dos participantes, quanto de procedimentos empregados, que diferem de outras áreas, como a da Medicina, por exemplo. Desta forma, os critérios não podem ser simplesmente importadas de outros contextos sob o risco de se emperrar o fluxo de publicações em nossa área, tão arduamente expandido nos últimos anos. Há um reconhecimento generalizado, entre os editores, acerca da pluralidade de situações que requerem consultas constantes à Comissão Editorial e ao próprio CONEP e sobre o atraso que isso implica no processo editorial. Uma das sugestões foi de que este impasse seja discutido em conjunto com o Fórum de Ética Profissional.

A necessidade de uniformização de normas de publicação é uma reivindicação antiga cujo objetivo é, principalmente,

acelerar o processo editorial. Apesar de haver opiniões contrárias à padronização nacional das normas, devido a sua possível interferência na liberdade de critérios de cada revista, vale a pena pensar em algumas das vantagens. Por exemplo, é unânime o reconhecimento das dificuldades financeiras para se manter um periódico. A escassez de recursos reflete-se na redução de contratação de pessoal, como é o caso de revisores. Talvez a comunidade desconheça a realidade de que grande parte da revisão dos manuscritos, seja do ponto de vista gramatical ou de normas, é realizada por uma única pessoa, quando não pelo próprio editor, em muitas revistas. Raros são os periódicos em que cada um destes aspectos conta com uma pessoa capacitada para atuar em áreas tão específicas. Desta forma, é fácil raciocinar que os problemas de conformidade às normas são inversamente proporcionais à rapidez, tanto na sua checagem e correção, quanto no processo editorial como um todo. Mais ainda, a prática em submissão constante acaba por facilitar o processo de incorporação das normas, pois facilita a sua memorização. Os autores bem sabem a perda de tempo que é adequar as mesmas referências, de acordo com as exigências de cada revista, nos casos em que vários manuscritos de estudos de uma única área são submetidos ao mesmo tempo. Na verdade, parece óbvio que o investimento de “energia” deva ser concentrado no conteúdo, mais do que na forma. A prática corrente de adaptação das normas, em algumas revistas, como a nossa, por exemplo, acaba não seguindo inteiramente nem as normas da APA, nem as de qualquer outro sistema. Tem sido sugerido que se adote as normas da APA na íntegra, porém não podemos esquecer que algumas delas violam regras básicas de português. Portanto, uma certa adaptação terá que ser efetuada, de qualquer modo. Para discutir estas e outras questões desta natureza foi criada uma comissão durante o Fórum.

Por último, houve discussões em função do papel da ANPEPP na reivindicação, junto às agências de fomento, no sentido de melhoria de condições de trabalho e de valorização das comissões que atuam na área de produção científica. Pensa-se que os temas aqui apontados são representativos de parte das preocupações, principalmente, do corpo editorial de qualquer periódico de qualidade. Resta agora partir da idéia à ação!

Uma boa leitura a todos!

**Cleonice Bosa, PhD**

Editora

Professora Adjunto do PPG em Psicologia do Desenvolvimento (UFRGS); Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Transtornos do Desenvolvimento (NIEPED).